



REFERENCIAIS ESPACIAIS DA UMBANDA NO BRASIL: UM CAMINHO PARA OS ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS NA GEOGRAFIA ESCOLAR

Amanda Regina Gonçalves

Departamento de Geografia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Roberta Nácia Alves dos Santos

Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Resumo

Este trabalho tem a intenção de trazer compreensões sobre os referenciais espaciais da Umbanda no Brasil e a sua interface para os estudos afro-brasileiros na Geografia Escolar. Para tal foi realizado um estudo bibliográfico de artigos e livros que discorram sobre aspectos socioculturais e histórico-geográficos da Umbanda no Brasil. Foi verificada a importância de abordagem desse fenômeno afro-brasileiro como parte significativa da cultura e história do país e, sobretudo, da formação do território brasileiro; o que também contribui para a problematização de preconceitos religiosos e o reconhecimento dos processos socioespaciais neles imbricados.

Palavras-chave: Educação Básica, Afro-brasileiro, Geografia Escolar.

SPATIAL REFERENCES OF UMBANDA IN BRAZIL: A PATHWAY FOR AFRO-BRAZILIAN STUDIES IN SCHOOL GEOGRAPHY

Resumen

Este trabajo pretende aportar conocimientos sobre las referencias espaciales de Umbanda en Brasil y su interfaz para los estudios afrobrasileños en geografía escolar. Para ello, se llevó a cabo un estudio bibliográfico de artículos y libros que discuten los aspectos socioculturales e histórico-geográficos de Umbanda en Brasil. La importancia de abordar este fenómeno afrobrasileño se verificó como parte significativa de la cultura e historia del país y, sobre todo, de la formación del territorio brasileño; lo que también contribuye a la problematización de los prejuicios religiosos y al reconocimiento de los procesos socioespaciales involucrados en ellos.

Palabras-clave: Educación Básica, Afrobrasileña, Geografía Escolar.

INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta da busca por melhor entendimento dos aspectos socioculturais e histórico-geográficos da Umbanda no Brasil, cujo objetivo não está em tomá-la em sua dimensão religiosa, mas como um dos fenômenos afro-brasileiros mais intensos no país.

A motivação para este estudo se deu por duas pessoas leigas nesta religião, mas que se encontra em processo de formação docente para o ensino de Geografia na Educação Básica, no caso da primeira autora, e que se deparou com aspectos relacionados à Umbanda no cotidiano de escolas públicas de educação básica¹, mas cuja presença não se deu por alguma abordagem educativa pela escola, mas era trazida pelos alunos, geralmente imersa em situações de tensão e conflito.

É comum nos depararmos com situações de equívocos e preconceitos na sociedade brasileira quando mencionamos a religião Umbanda e essa realidade não se difere da escola e da sala de aula de Educação Básica. Por outro lado, essa religião representa importantes processos socioespaciais que marcaram a formação do território brasileiro e ainda traduz estratégias atuais no País de caráter político-territorial. É nesse sentido que entendemos que faz parte da Educação Geográfica o trabalho de problematizar os fatos para o enfrentamento de preconceitos religiosos, sobretudo daquelas religiões de origem periférica, e reconhecer e valorizar os processos socioespaciais e as ações afirmativas nelas imbricados.

Dessa forma, a Geografia, como uma ciência humana, que trata da espacialidade dos fenômenos e de acordo com Azevedo e Moraes (2014, p. 33):

O espaço se torna fundamental para o entendimento da dinâmica da modernidade por cristalizar movimentos passados e por ser o lócus privilegiado dos encontros entre os momentos anteriores e os futuros, mediado pelas relações sociais do presente". "Como local onde se manifesta a vida, o espaço pode ser "percebido como político e pleno de relações de poder/saber que se expressam em discursos de dominação e resistências.

Trata-se, portanto, de uma disciplina escolar que pode contribuir para a ampliação da compreensão dos aspectos socioculturais e histórico-geográficos da Umbanda no Brasil, bem como contribuir com o combate do preconceito que envolve o contato com essa religião, conforme aponta Azevedo e Moraes (2014):

A dimensão cultural da vida em sociedade é outro tema que deve ser apropriado pela geografia na medida em que ela está

na base da construção do imaginário social que se inspira na concretude do território, no qual se inclui a natureza. Num país tão vasto e diferenciado, com um território que tem sido historicamente ocupado por índio, afrodescendentes e migrantes externos e internos (AZEVEDO; MORAES, 2014, p. 9).

Os objetivos específicos deste trabalho são realizar uma pesquisa bibliográfica básica sobre a Umbanda e os referenciais espaciais dessa religião no Brasil e abordar reflexões e discussões em desenvolvimento nos estudos que contribuam com a problematização desta temática e a importância do conhecimento sobre a Umbanda para entender a relação das questões afro-brasileiras nos processos de formação territorial do País. O intento é contribuir com possíveis caminhos que estes estudos possam ser realizados no ensino de Geografia.

Dentre as principais bases teóricas e justificativas deste trabalho está a Lei Federal nº 10.639 de 09/01/2003, alterada pela Lei 11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade da inclusão no currículo oficial da temática “História e Cultura Afro-brasileira” nas escolas de ensino fundamental e médio no Brasil. Reconhece-se que, mesmo com esta normativa, tal temática não é respeitada e/ou concretizada nos estudos escolares da forma prevista na lei, e que nos deparamos, na realidade, com crescentes exemplos de intolerância e desconhecimento desta religião nas escolas e na sociedade brasileira.

Os alunos convivem na sociedade com situações cotidianas que demandam abordagem na educação básica, de maneira que lhes possibilitem subsídios para realizar as desnaturalizações e problematizações acima mencionadas. Citamos, aqui, algumas das situações ligadas, entre outras, à religião Umbanda, que interpelam a vida cotidiana dos brasileiros, entre eles, os alunos que frequentam a educação básica: “Cresce registro de crimes de intolerância religiosa em São Paulo: Número de casos relatados à Polícia Civil dobrou no início deste ano em comparação com 2018” (Folha de S. Paulo, 18/08/2019); “RJ registrou 800 atendimentos de intolerância religiosa em 2017, de acordo com Secretaria Estadual dos Direitos Humanos: Média é de dois casos por dia. Intolerância contra o candomblé, umbanda e outras religiões de matriz africana correspondem a 71,5% dos atendimentos” (GloboNews, 21/01/2018).

Essas notícias demonstram que as religiões de cunho afrodescendentes são cada vez mais alvo de discussões no atual contexto da sociedade. Isso evidencia a necessidade da presença e, portanto, do debate educacional dos temas acerca da religião Umbanda, suas raízes na cultura brasileira e os enfrentamentos a preconceitos.

Conforme dissemos, conquistas legislativas educacionais recentes tornam esses debates cada vez mais possíveis em sala de aula. Renato Emerson dos Santos (2018, p. 29) ressalta que a Lei 10.639, promulgada em 2003, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, “trazendo pautas historicamente propostas e

defendidas pelo Movimento Negro Brasileiro” e tornando obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Segundo o autor:

Marcado por uma composição plural, este movimento social transforma esta conquista em instrumento de luta, ou seja, uma nova oportunidade de pautar suas reivindicações em espaços historicamente reativos à denúncia e ao combate ao racismo, e assim multiplica as arenas em que suas pautas são disputadas (SANTOS, 2018, p. 29).

Portanto, a abordagem sobre religiões de origem afrodescendente nas escolas é um dos principais caminhos para a cultura do respeito e da paz no convívio escolar e social:

A possibilidade de abordar com seriedade e naturalidade assuntos tabus numa sociedade ainda marcada pelo tradicionalismo – apesar dos muitos avanços, abre caminho para reduzir conflitos e, conseqüentemente, promove mais igualdade e tolerância (AZEVEDO; MORAES, 2014, p. 9).

A retomada cultural e socioespacial envolve diversos aspectos, dentre eles, o respeito à diversidade e ao desenvolvimento na escola, além da superação do preconceito racial e religioso, ou mesmo, o esclarecimento sobre uma religião àqueles que não a conhecem.

A UMBANDA E OS REFERENCIAIS SOCIOESPACIAIS NO BRASIL: CAMINHOS PARA AULAS DE GEOGRAFIA

Pelo ensino de Geografia os estudantes podem conhecer a formação socioespacial do Brasil e as problemáticas atuais da realidade do País por meio dos referenciais da Umbanda, tal como demonstrado nos estudos do psicólogo José Francisco Miguel Henriques Bairrão (*apud* HAAG, 2011, p. 86), cuja pesquisa sobre imagens e signos no corpo da umbanda aponta que:

A história cultural brasileira pode ser aprendida e apreendida não apenas em livros de história, mas também em terreiros de umbanda. A umbanda reinterpreta os valores, as visões históricas e os acontecimentos nacionais, dialogando com a realidade. As classes de pertença de seus espíritos refletem também grupos que geralmente sofrem ou sofreram exclusão social, uma marca de resistência e preservação de um modo de dialogar com a realidade social de forma a articular, pelos rituais, a inclusão social.

Umbanda é o nome atribuído a uma religião praticada inicialmente no Brasil, cujas origens estão nos ritos africanos e na mistura de povos e culturas diferentes, como dos povos indígenas (nativos do Brasil), os africanos e os europeus (COSTA, 2013).

É comum encontrar afirmações de que a Umbanda, e também o Candomblé, são religiões com tradição marcada pela oralidade. No entanto, ainda que a Umbanda e o Candomblé se diferenciem de religiões monoteístas ocidentais (como o cristianismo, o judaísmo e o islamismo) por não possuírem um livro único sagrado (como a Bíblia, a Torá e o Corão), há inúmeras pesquisas que tratam de livros que representam a atividade intelectual que legitimam estas duas religiões e suas práticas religiosas.

Um dos livros citados como basilar da Umbanda é “O espiritismo, a magia e as sete linhas de Umbanda”, de autoria do jornalista e crítico literário Antônio Eliezer Leal de Souza, sob a direção espiritual do Caboclo das Sete Encruzilhadas, de 1933; hoje publicado pela Editora do Conhecimento.

Há inúmeros periódicos umbandistas no país, entre os atuais destacam-se o “Jornal de Umbanda Sagrada”, o “Jornal Umbanda Branca”, o “Jornal de Umbanda Carismática” e o jornal “Umbanda Brasil”.

A pesquisa de José Henrique Motta de Oliveira (2013, p. 10), sobre “O ‘livro sagrado’ e a ‘invenção da tradição’ na Umbanda”, apoiando-se no conceito de Antonio Gramsci, apresenta quais são os “intelectuais orgânicos” da Umbanda:

Na segunda metade do século XX, a produção literária dos intelectuais umbandista foi prodigiosa, não só em número de títulos publicados, quando de uma variedade de autores engajados na nova religião (...). Neste sentido, destacaram-se Aluísio Fontenelle, representante da “umbanda branca”; e Tancredo da Silva Pinto, defensor das práticas de matriz africana.

Em seguida, Oliveira (2013, p. 11) traz os livros de autoria desses dois representantes da Umbanda. Apresenta que Fontenelle escreveu três livros sobre a religião ao longo da década de 1940: “A Umbanda Através dos Séculos”, “Exu” e “O Espiritismo no Conceito das Religiões e a Lei de Umbanda”; aponta que sua obra corroborava, inclusive, as propostas doutrinárias divulgadas pelo Primeiro Congresso Brasileiro de Umbanda, em 1941.

Sobre Tancredo da Silva Pinto, diz que ele:

rompeu com as lideranças da Federação Espírita de Umbanda (FEU), criou a Congregação Espírita Umbandista do Brasil e

deu início ao culto de umbanda "omolokô", no qual se verificam práticas litúrgicas comuns ao candomblé (BROWN, 1985, p. 9-42). (...) Ao longo dos seus 75 anos de vida, Silva Pinto manteve intensa produção literária (OLIVEIRA, 2013, p. 10).

A expansão da Umbanda no Brasil caracterizou-se principalmente pelas culturas que se fundiram no País e pela prática de cultos religiosos comuns em territórios africanos, geralmente relacionados à gratidão e aos pedidos aos orixás. A literatura mostra a transição e transformação dessa religião a partir de 1920 (COSTA, 2013), sendo uma mistura de dogmas da Igreja Católica, do espiritismo kardecista e do Candomblé; ainda há de considerar, nesse cenário, situações de preconceito sobre essa religião e movimentos por sua legitimidade como parte da cultura do País.

As religiões de origem africana, ou conhecidas como religiões negras, até meados dos anos de 1930 foram incluídas como patrimônio cultural dos antigos escravos negros e seus descendentes, sendo essa característica muito presente até a atualidade, apesar de ainda existir preconceito e exclusão de tais religiões em nosso País. Dessa forma, a partir de processos de reconhecimento da Umbanda como patrimônio histórico e cultural no Brasilⁱⁱ, tem-se almejado a diminuição dos preconceitos e ampliado o reconhecimento das diferenças regionais e peculiaridades dessa religião.

A espacialização da Umbanda reflete suas características de pluralidade de concepção da religião, bem como também as diferenças regionais e as misturas culturais que individualizam suas práticas. De acordo com Prandi (1998, p.152) as religiões afrodescendentes, de maneira genérica, ficaram espacialmente referenciadas no Brasil da seguinte forma: na Bahia pelo Candomblé; Pernambuco e Alagoas o Xangô; Maranhão e Pará o Batuque; no Rio de Janeiro a Macumba, no Nordeste o Catimbó. Sendo que, nesse todo estão incluídas algumas particularidades como Caboclo, Ogum, Jurema, Toré, pajelança, babaçue, sendo o culto voltado para a cura.

O primeiro centro de Umbanda teria sido fundado em meados de 1920 no Estado do Rio de Janeiro como dissidência do kardecismo, seguido da formação de muitos outros centros do chamado de espiritismo de umbanda, expandindo-se para São Paulo e depois pelo País inteiro; tendo como marco do seu estabelecimento o Primeiro Congresso de Umbanda, realizado em 1941 no Rio de Janeiro.

Assim, observa-se que a Umbanda teve início nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, expandindo-se a partir daí por todo o País, por vezes se difundindo juntamente com o Candomblé. Talvez o sincretismo da religião Umbanda e os esforços por manter suas particularidades justifiquem uma de suas principais características que é buscar ser universal, ou seja, buscar atender a todos em toda sua necessidade particular. Essa característica de acolhedora a todos pode ser

considerada a base para sua expansão, pois envolvia e envolve compreensão de indivíduos provindos de diversas religiões existentes do Brasil.

Para entender sincretismo religioso, recorremos à conceituação do sociólogo francês Roger Bastide, cujo trabalho tem servido de base a muitos pesquisadores, tal como ao sociólogo brasileiro Renato Ortiz, “devido ao seu conhecimento grandioso sobre Umbanda, pois o autor conseguiu observar as mudanças que aconteceram nessa religião e assim pode afirmar que é uma religião nacional do Brasil” (GODOY; CARVALHO, 2015, p. 71).

Num texto dedicado à obra de Roger Bastide, João M. T. Godoy e Maria G. de Carvalho (2015, p. 75) destacam como o autor abordou o sincretismo religioso na Umbanda:

Os negros viam no catolicismo a existência de um Deus supremo, transcendente, e que para chegar até ele era preciso passar por uma série de intermediários (Jesus Cristo, a Virgem Maria e os variados santos). Originando-se assim um sincretismo religioso, fazendo corresponder globalmente o conjunto de virgens e santos, como entre os Bantos, seja um por um, tal divindade africana com tal Virgem, este ou aquele santo, como entre os lorubas e os Daomeanos.

Godoy e Carvalho (2015, p. 75) demonstram que Bastide se preocupou em buscar as origens desse sincretismo e concluiu que, principalmente para os mulatos, “os santos foram, primitivamente, simples máscaras brancas colocadas no rosto negro das divindades ancestrais”. Dizem ainda que Bastide se refere a um sincretismo em camadas, sugerindo que “as formas de sincretismo variam de natureza quando passamos do nível morfológico (sincretismo em mosaico), ao nível institucional (sistema de correspondências entre deuses africanos/santos católicos), e deste ao nível dos fatos da consciência coletiva (fenômenos de reinterpretação) (BASTIDE, 1974, p. 143 *apud* GODOY; CARVALHO, 2015, p. 81).

É importante entender que os estudos de Bastide revelam que o processo sincrético está longe de representar a fusão ou a mistura, ao contrário, trata-se do “resultado das adaptações forçadas e das sujeições a que foram submetidos os negros no período escravista (...) e pode ser explicado pela necessidade dos escravos de dissimularem suas crenças e cerimônias aos olhos dos brancos, gerando um vaivém constante entre o mundo africano e o mundo dos brancos (GODOY; CARVALHO, 2015, p. 81).

As bases da Umbanda são os rituais e as forças da natureza, representando, dessa forma, a história, os ancestrais, a família, o trabalho, a luta e o agradecimento. Essa base é o que justifica o fato de uma diversidade de pessoas se identificarem com essa religião e, por isso, seu acolhimento universal. Com isso, a Umbanda consegue ir ao encontro da realidade e das dificuldades, assim muitas pessoas a

buscam no sentido acalantar sua dor e superar suas dificuldades. A Umbanda representa a identidade do Brasil por comportar esta diversidade e ser uma religião que acolhe a todos, principalmente no que diz respeito à raça, cor e gênero. A Umbanda no Brasil representa a miscigenação, por isso não se identifica apenas como a religião da pessoa negra. Bairrão (2007 *apud* HAAG, 2011, p. 86) diz que “a particularidade religiosa da umbanda, nem africana nem cristã, pode ser a expressão de um patrimônio cultural pujante e digno da realidade social brasileira”.

Vale destacar, que a ampliação dos espaços referenciais da Umbanda aconteceu principalmente a partir do fim da escravização, portanto, da formação da sociedade nacional, com estrutura de classes e ampliação da circulação geográfica pelo País, sobretudo pela movimentação de pessoas entre estados e cidades (migração), de maneira que a Umbanda acompanhou esse movimento levando consigo suas características socioculturais.

Um dos objetivos deste trabalho consistiu em buscar compreender como a religião Umbanda tem papel significativo na construção da identidade negra no Brasil, desde a superação da condição escrava, até a articulação com o catolicismo como meio de inclusão na cultura branca hegemônica no País, e mesmo a Umbanda como instância onde encontram condições para resgate, valorização e renovação de aspectos únicos resultantes do amálgama sociocultural e histórico-geográfico de índios, escravos e brancos no País. Todo esse movimento de expansão da Umbanda acompanhou as mudanças da sociedade.

Para conhecermos melhor as características deste movimento, recorreremos ao trabalho de Reginaldo Prandi (1998), o qual aponta que a história das religiões afro-brasileiras no Brasil pode ser dividida em três momentos: 1) o da “sincretização com o catolicismo”, quando se forma, por exemplo, o candomblé; 2) o “branqueamento”, formação da umbanda nos anos 1920 e 1930; e 3) da “africanização”, na transformação do candomblé em religião universal, “aberta a todos, sem barreiras de cor ou origem racial, africanização que implica negação do sincretismo, a partir dos anos 60” (PRANDI, 1998, p. 151).

A seguir, discorreremos sobre como podemos compreender os movimentos de expansão da Umbanda no Brasil, conforme caracterizado por Reginaldo Prandi (1998) que distingue três diferentes momentos, os quais são fundamentais para os estudos geográficos em sala de aula onde se busca a compreensão da formação socioespacial brasileira.

O primeiro momento identificado pelo autor como sendo o de “sincretismo” trata da “constituição da religião negra na sociedade branca”. Segundo Prandi (1998, p. 153), desde o seu início, “as religiões afro-brasileiras formaram-se em sincretismo com o catolicismo e em grau menor com religiões indígenas. O culto católico aos santos, de um catolicismo popular de molde politeísta, ajustou-se como uma luva ao culto dos panteões africanos”.

Desde sua formação em solo brasileiro, as religiões de origem negra têm sido tributárias do catolicismo. Embora o negro, escravo ou liberto, tenha sido capaz de manter no Brasil dos séculos XVIII e XIX, e até hoje, muito de suas tradições religiosas, é fato que sua religião enfrentou-se desde logo com uma séria contradição: na origem, as religiões dos bantos, iorubás e fons são religiões de culto aos ancestrais, que se fundam nas famílias e suas linhagens, mas as estruturas sociais e familiares às quais a religião dava sentido aqui nunca se reproduziram (PRANDI, 1998, p. 153).

Assim, podemos entender que a perversidade da escravização deixou e ainda deixa marcas na vida do povo negro africano e afrodescendente no Brasil, pois a forte representação dos seus antepassados foi fortemente rompida quando as estruturas sociais foram dissolvidas pela escravização. Por isso, o autor aponta que as divindades mais ligadas às forças da natureza, “os orixás, divindades de culto genérico, essas sim vieram a ocupar o centro da nova religião negra em território brasileiro” (p. 154).

Neste contexto, foi a religião católica que possibilitou ao negro recuperar “a família, a tribo e a cidade” perdidas na diáspora e mover-se no mundo real do dia-a-dia do branco dominador,

O fim da escravidão, a formação da sociedade nacional, estruturada em classes, o extravasamento das populações pelas amplitudes geográficas, com a criação de oportunidades sociais as mais diferentes, tudo isso só fez reforçar a importância do catolicismo para as populações negras. O próprio catolicismo, como cultura de inclusão, hegemônica, não fez oposições, que não pudessem ser vencidas, ao fato de o negro manter uma dupla ligação religiosa (PRANDI, 1998, p. 153).

Assim, emerge o segundo momento da Umbanda no Brasil, ligado à formação da Umbanda para a sociedade branca: o “branqueamento”. Prandi (1998, p. 155) destaca que esse momento tem relação com a chegada ao Brasil do espiritismo de Alan Kardec, no final do século XIX.

Com a umbanda iniciou-se vigoroso processo de valorização de elementos nacionais, como o caboclo e o preto velho, que são espíritos de índios e escravos. A umbanda nascente retrabalhou os elementos religiosos incorporados à cultura brasileira por um estamento negro que se diluía e se misturava aos brancos pobres na constituição das novas classes sociais numa cidade, então a capital federal, que era

branca, mesmo quando proletária, era culturalmente europeia, valorizava a organização burocrática da qual vivia então boa parte da população residente, premiava o conhecimento pelo aprendizado escolar em detrimento da tradição oral, e já conhecia o kardecismo como religião (PRANDI, 1998, p. 153).

Esses movimentos demonstram claramente os aspectos socioculturais e histórico-geográficos da Umbanda no Brasil. O autor ainda destaca que esse momento tratou de “limpar” a religião Umbanda de seus elementos ligados “à tradição iniciática secreta e sacrificial, tomando por modelo o kardecismo, que expressava ideais e valores da nova sociedade capitalista e republicana, ali na sua capital”.

Quanto às características mantidas, o autor destaca que foram o rito cantado e dançado dos candomblés, um conjunto de orixás, o calendário litúrgico da Igreja Católica e o templo ocupado pelos guias, caboclos, pretos velhos, exus e as pombagiras.

Quanto à forma de ver o mundo, a Umbanda é uma religião que incentiva a mobilidade social. Reginaldo Prandi (1988, p. 157) diz que, “mais importante do que isso, entretanto, é o fato de que essa mobilidade está aberta a todos, sem nenhuma exceção: pobres de todas as origens, brancos, pardos, negros, árabes... O status social não está mais impresso na origem familiar, muito menos na origem racial”.

Esse princípio da religião Umbanda revela-se primordial para a mobilidade social dos negros no Brasil, especialmente diante do quadro socioeconômico histórico do País, conforme exposto nas pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), por Osorio (2004, p. 21). Essas pesquisas demonstram que nas décadas de 1940 e 1950, já predominava o mito da democracia racial, por exemplo, a ideia de que a proximidade do passado escravocrata indicava a razão da maior presença dos negros nas camadas inferiores da sociedade. Entretanto, algumas pesquisas “já denunciavam a existência de barreiras raciais veladas geradas pela atuação de um tipo diferente e sutil de preconceito, genuinamente brasileiro, poderoso e eficaz na manutenção da ordem escravocrata mesmo após a proclamação formal da igualdade”.

Somente na década de 1970, estudos com base em levantamentos que permitiam comparar brancos e negros no Brasil inteiro começaram a mostrar que, apesar do intenso desenvolvimento econômico experimentado no pós-guerra, as desigualdades entre negros e brancos não só continuavam intensas como amplamente disseminadas. Segundo a nova visão do problema, tais desigualdades não podiam mais ser consideradas apenas frutos dos efeitos inerciais do passado escravo (OSORIO, 2004, p. 21).

Essa nova visão é confirmada e aprofundada pelas pesquisas realizadas nas décadas de 1980 e 1990, que mostraram “tanto a persistência temporal das desigualdades raciais quanto a sua reprodução nos processos de mobilidade e, ainda, a perpetuação das distinções intraclasses, ou intra-estratos, entre brancos e negros” (OSORIO, 2004, p. 22).

É diante desse processo de formação socioespacial brasileiro que a religião Umbanda emergiu como contradiscurso que possibilitava sua mobilidade social aos negros, que enfrentavam e enfrentam, conforme as pesquisas do Ipea, “barreiras raciais que se sobrepõem às de classe nos processos de mobilidade social, contribuindo para a constante reprodução do status coletivo subalterno dos negros” (ORORIO, 2004, p. 22).

Por fim, o terceiro momento da Umbanda no Brasil, refere-se, segundo Prandi (1998), à expansão do candomblé e o retorno às origens negras, por ele denominado de “africanização”.

Conforme discutido pelo autor, a africanização não trata da volta ao original primitivo, mas da:

ampliação do espectro de possibilidades religiosas para uma sociedade moderna, em que a religião é também serviço e, como serviço, se apresenta no mercado religioso, de múltiplas ofertas, como dotada de originalidade, competência e eficiência. (...) A religião tradicional que migrou e que se refez na cidade moderna vai, assim, se mostrando como imagem caricatural da sociedade atual, que é a sociedade da diferença e da multiplicidade (PRANDI, 1998, p. 163).

Essa modernização da Umbanda, somada à sua consolidação como religião aberta a todos, independente de raça, origem social, étnica e geográfica talvez sejam fatores explicativos da sua expansão espacial, após os anos de 1950, para fora do País, podendo ser encontrada agora na Argentina, no Uruguai e em outros países latino-americanos, além de Portugal (PRANDI, 1998).

O reconhecimento dessa periodização e espacialização da Umbanda, principalmente revelando sua característica universal, dão subsídios para romper com as barreiras do preconceito e impulsionar avanços sociais.

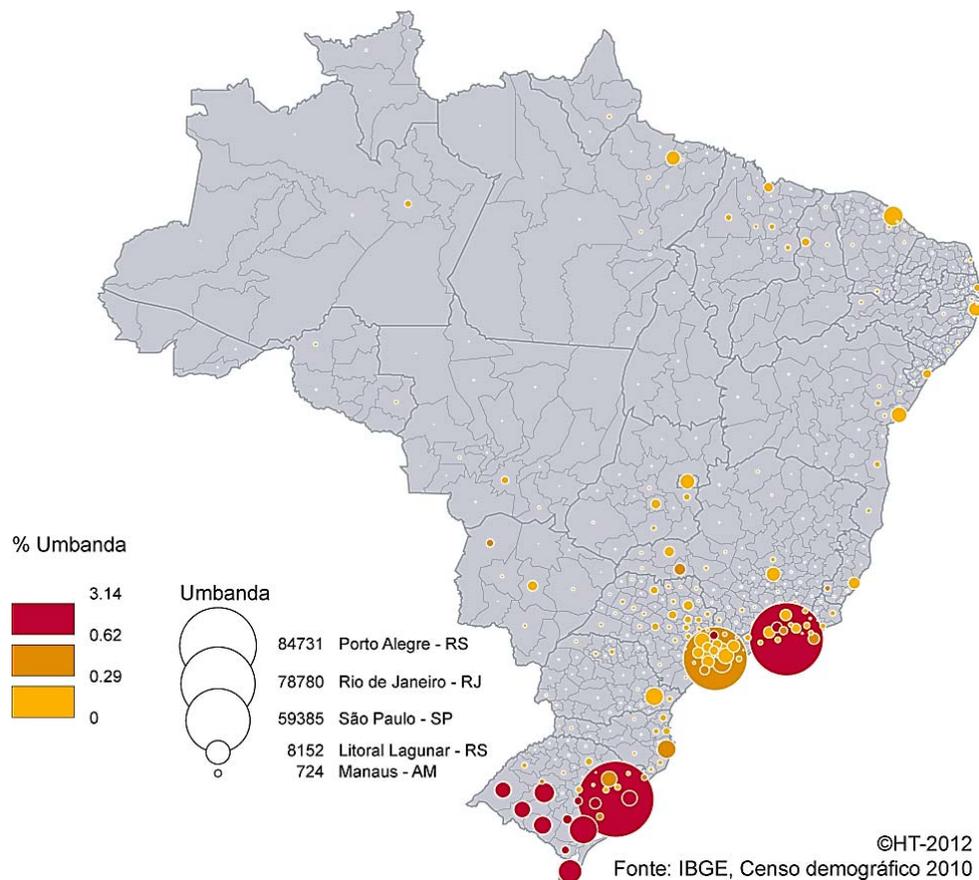
No primeiro quartel deste século, no Rio de Janeiro e depois em São Paulo, constituiu-se a umbanda, que logo se disseminou por todo o País, abrindo, de certo modo, caminho para uma nova etapa de difusão do antigo candomblé. Reiteradamente identificada como sendo a religião brasileira por excelência, pois, formada no Brasil, resultante do encontro de tradições africanas, espíritas e católicas, ao

contrário das religiões negras tradicionais, que se constituíram como religiões de grupos negros, a umbanda já surgiu como religião universal, isto é, dirigida a todos. Desde sua formação, a umbanda procurou legitimar-se pelo apagamento de feições herdadas do candomblé, sua matriz negra, especialmente traços referidos a modelos de comportamento e mentalidade que denotam a origem tribal e depois escrava (PRANDI, 1998, p. 152).

O reconhecimento da sua espacialidade mostra como essa religião se expandiu no Brasil, principalmente porque acompanhou transformações societárias, tais como processo de escravidão, urbanização e industrialização, ou seja, foi uma marca também da regionalização no Brasil.

O mapa apresentado a seguir auxilia na compreensão da espacialidade da Umbanda no Brasil na atualidade (figura 1).

Figura 1. Distribuição geográfica da religião Umbanda no Brasil em 2010.



Fonte: Somain (2012).

O mapa de distribuição geográfica dos praticantes da religião Umbanda no Brasil em 2010, conforme dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), revela uma configuração espacial dessa religião centrada no Rio de Janeiro e São Paulo, conforme sua origem e expansão, mas também sua intensa presença no Estado do Rio Grande do Sul, especialmente na capital Porto Alegre. O Censo Demográfico de 2010 ainda revela que os que se autodeclararam adeptos da religião Umbanda no Brasil é o total de 407.332 pessoas.

Questões espaciais da Umbanda no Brasil demonstram sua origem socioespacial ligada a locais específicos e estratégicos, o que identifica o caráter político-territorial dessa religião. Na cidade, por exemplo, se territorializa em espaços periféricos, apelidados de terreiros e/ou templos.

Como exemplo de pesquisa no município onde se localiza a escola a ser desenvolvida junto aos estudantes na disciplina de Geografia, citamos um panorama da população umbandista e dos terreiros e/ou templos no município de Uberaba-MG.

Segundo pesquisa amostral do Censo Demográfico do IBGE (2010)ⁱⁱⁱ, a população total residente no município de Uberaba estimada em 2010 era de 295.988 pessoas, sendo que destas 2.029 se autodeclararam adeptas da religião Umbanda e 2.775 das religiões Umbanda e Candomblé. No ranking do Estado de Minas Gerais, Uberaba está em segundo lugar quanto ao município com maior número de pessoas adeptas da Umbanda, estando em primeiro lugar Belo Horizonte, a capital do Estado, com 2150 pessoas autodeclaradas adeptas desta religião. Em relação ao país, Uberaba ocupa a 34ª posição do ranking nacional.

Quanto à espacialidade dos terreiros e/ou templos em Uberaba, inicialmente, a pesquisa demonstrou que não há na Prefeitura Municipal muitos registros sobre as casas de religiões com matrizes afro-brasileiras em Uberaba, o que já revela o pouco interesse da prefeitura nestas religiões e, por conseguinte, na conservação destas tradições e práticas afro-brasileiras no município. Tais registros são bastante recentes, como o realizado em 2018 pelo Setor Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural (Sempac), por meio da Fundação Cultural, que primeiro “busca inventariar as casas e tendas de Umbanda e Candomblé” em Uberaba, seguido do projeto de tombamento, “feito através de um dossiê”, o que envolve práticas de conservação do patrimônio material e imaterial das referidas casas. Segundo a Prefeitura Municipal de Uberaba (PMU, 2019), “todo ano as informações levantadas são remetidas ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), para depois virarem pontuação de ICMS^{iv}”. Sobre a metodologia adotada pela prefeitura para tal levantamento, aponta que “para dar início a esse projeto foram selecionadas as mais antigas, pois delas nascem as novas”.

Assim, no levantamento realizado pela Prefeitura, em Uberaba há “12 casas de religiões de matrizes afro, sendo três tendas de Umbanda e nove terreiros de Candomblé”. No entanto, a própria Prefeitura assume que “há muitas casas, mas

que não se sabe ao certo qual a totalidade real”, o que torna a lacuna pior, pois também reconhece que “a relevância desse trabalho se dá porque em Uberaba, cerca de 60% da população é de origem negra e aqui é uma cidade que teve muitos escravos e que tem muitos negros” (PMU, 2019).

Uma das características da Umbanda nas cidades é que seus terreiros e/ou templos se concentram em locais com características geográficas particulares, sendo localizados, principalmente, na periferia, em locais estratégicos que também se identificam com a territorialidade da população que pratica esta religião, em geral, também residente nos bairros periféricos.

Para além dos espaços dos terreiros e/ou templos, segundo Marcelo Alonso Morais (2015), a Umbanda trata muitos outros espaços como territórios-santuários. Isso revela que há uma demanda espacial da população umbandista para a conservação das suas tradições e práticas:

Outra demanda fundamental para a construção cidadã umbandista é o acesso ao espaço público. Muitos de seus símbolos identitários estão calcados em referenciais materiais, apesar de fazerem parte do imaginário. Matas, cachoeiras, mar, atmosfera e rocha, por exemplo, são acidentes geográficos para a ciência formal; para os umbandistas, todavia, são sacralizados pelos praticantes como símbolos dos orixás Oxossi, Oxum, Iemanjá, Oxalá e Xangô, respectivamente (MORAIS, 2015, p. 7173).

Enfim, o exercício panorâmico realizado com um município tem o intuito de fornecer ao professor de Geografia caminhos para que ele também possa fazer uma pesquisa e abordagem sobre as questões relacionadas aos aspectos socioespaciais da Umbanda no município onde se localiza a escola onde atua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho possibilitou melhor compreensão dos aspectos socioculturais e histórico-geográficos da Umbanda no Brasil, e como esta religião tem sido importante para formação socioespacial desse país, sobretudo para a construção da cultura de paz e respeito à diversidade.

No que diz respeito à escolarização, uma mudança que pode gerar impactos importantes quanto à abordagem da Umbanda na escola, foi o dispositivo legal da Lei Federal nº 10639/2003, que inclui no currículo do ensino fundamental e médio a “História e Cultura Afro-brasileira”. Esta é uma forma de conhecer os agentes e movimentos que contribuíram para a formação brasileira, as questões que permitem compreendermos a realidade socioespacial do país na atualidade, além de permitir superar atitudes de intolerância religiosa, ainda tão presente na nossa sociedade.

Também identificamos com este trabalho que ainda são intensos os conflitos e problemas que os praticantes de Umbanda enfrentam no país, tal como noticiados na mídia, a exemplos de pessoas e terreiros de umbanda que vêm sofrendo ataques; situações graves cujo cotidiano escolar não está alheio, portanto, entendemos que a educação é uma forma de enfrentamento ao preconceito e intolerância.

Conhecer os referenciais espaciais da Umbanda no Brasil mostrou que no primeiro momento a Umbanda esteve vinculada aos povos africanos e indígenas, depois a partir da expansão da Umbanda no Brasil, principalmente na região sudeste, houve o branqueamento da religião, sobretudo pela sua conexão com o catolicismo; seguido da sua “africanização” e transformação em religião universal.

Os rituais da Umbanda são baseados nos ritos, forças da natureza e entidades espirituais específicas. Por isso hoje com a urbanização tornou-se um desafio para esta religião porque reduziu o espaço de natureza nas cidades, local aonde é orientado para realização dos trabalhos e oferendas. Esse é um dos motivos das demandas dessa religião por espaços.

O município de Uberaba é o segundo do Estado de Minas Gerais em maior número de pessoas que se autodeclararam umbandistas; tem vários terreiros e/ou templos, e sua população é composta por 60% de origem negra, o que exige maior atenção das políticas públicas, que apenas iniciaram atividades de levantamento e tombamento dos terreiros/templos no município.

O ensino de Geografia enquanto Ciência Humana pode contribuir para a compreensão da espacialidade da Umbanda como também para socialização da contribuição histórica e social que esta religião tem implicado na formação do Brasil. Sendo assim, as práticas da umbanda são práticas simbólicas que permitem reconhecer o sentido de aspectos socioculturais e histórico-geográficos do país e dos locais onde vivemos.

Enfim, a Geografia Escolar é um meio para que se amplie o conhecimento sobre os referenciais espaciais da Umbanda no Brasil, logo contribui para cultura da paz, respeito à diversidade, e conhecimento da formação socioespacial brasileira.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Daniel Abreu de; MORAIS, Marcelo Alonso de (orgs.). **Ensino de Geografia: novos temas para a Geografia Escolar**. Rio de Janeiro-RJ: Consequência, 2014.

CORRÊA, Aureanice de Mello. Espacialidades do sagrado: a disputa pelo sentido do ato de festejar da boa morte e a semiografia do território encarnador da prática cultural. In: SERPA, Ângelo (org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações** [online]. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 161-179.

COSTA, Hulda Silva Cedro da. **Umbanda, uma religião sincrética e brasileira**. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Religião, 2013.

GODOY, João Miguel Teixeira de; CARVALHO, Maria Gabriela de. Roger Bastide e a abordagem acadêmica da vida religiosa no Brasil. **Revista Caminhando**. v. 20, n. 1, 2015, p. 65-88.

G1 Triângulo Mineiro. **Casas de candomblé e umbanda de Uberaba são catalogadas pela Fundação Cultural**. 08/07/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/casas-de-candomble-e-umbanda-de-uberaba-sao-catalogadas-pela-fundacao-cultural.ghtml>. Acesso em: 19 de setembro de 2020.

HAAG, Carlos. A força social da umbanda: Em crise, a “religião brasileira” mantém poder cultural de inclusão. **Pesquisa Fapesp**. Edição 188, out. 2011. p. 85-89. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-forca-social-da-umbanda/>. Acesso em: 04 de novembro de 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo Demográfico. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 de julho de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **SIDRA: Banco de Tabelas Estatísticas**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=10&i=P&c=2094>. Acesso em: 18 de julho de 2020.

MORAIS, Marcelo Alonso de. Espaço e expressões religiosas: teoria e prática na geografia escolar. In: AZEVEDO, Daniel Abreu de; MORAIS, Marcelo Alonso de. (orgs.). **Ensino de Geografia: novos temas para a Geografia Escolar**. Rio de Janeiro-RJ: Consequência, 2014. p. 23-46.

MORAIS, Marcelo Alonso de. Práticas espaciais e demanda de cidadania: rituais umbandistas e espaços públicos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: **Anais XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE)**. Presidente Prudente-SP: ENANPEGE, 2015.

OLIVEIRA, José Henrique Motta de. O "Livro Sagrado" e a "Invenção da Tradição" na umbanda. In: Anais: **XXVII Simpósio Nacional de História (ANPUH)**. Natal-RN: UFRN, 2013. p. 1-17.

OSORIO, Rafael Guerreiro. **A mobilidade social dos negros brasileiros**. Texto para discussão 1033. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2004.

PRANDI, Reginaldo. Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento e africanização. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, jun. 1998. p. 151-167. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v4n8/0104-7183-ha-4-8-0151.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA – PMU. Fundação Cultural. **Sempac promove registro patrimonial de Casa de Candomblé**. 18/07/2018. Disponível em: <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,44353>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

SANTOS, Renato Emerson dos. A Lei nº 10639 no PNLD de geografia: um ensaio sobre questões, mudanças e permanências. In: TONINI, Ivaine Maria et al. (orgs). **Geografia e o livro didático para tecer leituras de mundo**. São Leopoldo: Oikos, 2018.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

SOMAIN, René. Religiões no Brasil em 2010. **Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia**, 15, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/7785>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

ⁱ Este trabalho resulta do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, sob orientação da coautora deste. Foi motivado pelas observações e intervenções realizadas em escolas públicas estaduais localizadas no município de Uberaba-MG, onde foram realizados os Estágios Supervisionados do referido curso, também sob orientação da coautora deste.

ⁱⁱ A Umbanda foi reconhecida como patrimônio imaterial do Município do Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 2016, pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH). Em 2017 o Ministério da Cultura encaminhou ao Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN) um pedido para que a Umbanda e o Candomblé sejam reconhecidos como patrimônio histórico nacional.

ⁱⁱⁱ Dados consultados no site Cidades@ IBGE, disponíveis em: www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 19 de novembro de 2019.

^{iv} Conforme o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – “ICMS Patrimônio Cultural é um programa de incentivo à preservação do patrimônio cultural do Estado, por meio de repasse dos recursos para os municípios que preservam seu patrimônio e suas referências culturais através de políticas públicas relevantes” (www.iepha.mg.gov.br).